



**APROVADA**

NA 044 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 643  
11 de junho de 1997  
Hora: 10h 05m às 11h 20m

ORDEM DO DIA



1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração da ata correspondente à 642a.
4. Transferência de créditos orçamentários.  
(ALADI/CR/PA 76).
5. Projeto de orçamento de receitas e despesas da  
Associação para o exercício 1998 (ALADI/CR/PR  
157).
6. Informe sobre o funcionamento de diversos pontos  
do Acordo de alcance parcial para a Liberação e  
Expansão do Comércio Intra-regional de Sementes  
(ALADI/SEC/di 942).
7. Apresentação do estudo sobre "A situação do  
processo de integração em 1996" (ALADI/SEC/Estu-  
do 101).
8. Assuntos diversos.
  - Representação da Bolívia. Tribunal Adminis-  
trativo.



Preside:

JESUS SABRA

Assistem: Jesús Sabra, Gustavo Adolfo Moreno e Flaviano Gabriel Forte (Argentina), Antonio Céspedes Toro e José Guillermo Loria González (Bolivia), José Artur Denot Medeiros, Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Guilherme de Aguiar Patriota e Antonio Otavio Sa Ricarte (Brasil), Augusto Bermúdez Arancibia e Leopoldo Durán Valdez (Chile), Enrique Pinzón Alvarez e Henry Javier Arcos (Colômbia), Moisés Arteaga Lozano e José Piedrahíta (Equador), Rogelio Granguillhome Morfin, José Luis Solís, Alberto Rodríguez, Arturo Juárez Juárez, Bernardo Flores Ortiz, Julio Lampell e Adolfo Treviño Ordorica (México), Efraín Darío Centurión, Carlos Galeano e Alfredo Núñez (Paraguai), Agustín de Madalengoitía (Peru), Carlos A. Zeballos, José Roberto Muineló e Jorge Jure (Uruguai), Ariel Vargas (Venezuela), Deyanira Esquivel (Costa Rica), Diana Cantón Otaño (Cuba), Roberto Casañas (OEA).

Secretário-Geral: Antonio J.C. Antunes.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

Secretário-Geral Adjunto: Isaac Maidana Quisbert.

-----



PRESIDENTE. Damos início à 643a. sessão deste Comitê.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações, APROVA-SE.

2. Assuntos em pauta.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETARIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Na publicação dos assuntos em pauta constam as notas e documentos aos que corresponde dar entrada na presente sessão.

Cabe salientar a nota da Representação do México pela qual enviou um cheque pela quantia de US\$ 250.000,00, como parte da correspondente ao orçamento de 97.

Senhor Presidente, temos que agradecer este esforço do México, que foi sempre muito pontual no cumprimento do pagamento das quotas.

Vem muito bem, repito, para atenuar o problema de caixa, porque continuamos com o problema econômico de ter uma dívida de cem por cento do orçamento. Portanto, muito obrigado à Representação do México por este empenho na pontualidade dos pagamentos.

Também, Senhor Presidente, queremos destacar a candidatura do Doutor Washington Baliero Silva, apresentada pela Representação do Uruguai, para integrar o Tribunal Administrativo.

Aproveito a ocasião, Senhor Presidente, para lembrar-lhes que temos que eleger o Tribunal Administrativo antes de fim do mês. Portanto, os países que ainda não apresentaram candidatos, por favor fazê-lo ou fazer o empenho perante as Chancelarias para que sejam apresentados.

Até este momento, temos recebido as candidaturas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Uruguai.

Também ressaltamos a nota da Delegação do Brasil comunicando os traslados da Conselheira Mitzi Gurgel Valente da Costa e do Segundo Secretário, Senhor Guilherme de Aguiar Patriota.

Aproveitamos a ocasião para despedir-nos destes funcionários que cumpriram um grande trabalho aqui na Delegação do Brasil e nesta Casa e desejar-lhes muito êxito em suas missões diplomáticas.



- 4 -

Salientamos, também, a nota da Representação do Equador comunicando o término de funções do Representante Alternativo, Senhor Humberto Jiménez Torres. Cabe salientar que haverá uma despedida para o Senhor Jiménez Torres, como é de praxe, particularmente com o Senhor Humberto Jiménez Torres, que teve uma trajetória tão importante aqui na ALADI.

Outrossim, corresponde destacar uma proposta 197 da Secretaria para convocar a Oitava Reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas. Naturalmente essa proposta será colocada à consideração do Comitê de Representantes na próxima reunião. A Secretaria dá muita importância a essa reunião porque aí será tratada a criação de um Conselho de Alfândegas, que seria um instrumento, um organismo auxiliar do Comitê no âmbito do Tratado de Montevidéu, muito útil para o desenvolvimento do processo de articulação e convergência ao qual estamos dedicados.

Ressaltamos também o documento sobre "Comércio de Serviços: as Negociações Pós-Rodada Uruguai", publicado como ALADI/SEC/dt 391. Este documento será analisado em um grupo de trabalho e eventualmente poderia vir à consideração deste Comitê, devido à extensão e profundidade do tema.

Também destacamos a nota da Representação do Paraguai comunicando as vigências dos acordos MERCOSUL-Chile e MERCOSUL-Bolívia.

Após publicado o documento de assuntos em pauta foi recebida uma nota da Delegação do Brasil informando que foi colocado em vigência o acordo MERCOSUL-Bolívia pelo Decreto Nº 2.240, de 26 de maio de 97, publicado no Diário Oficial de 30 de maio de 97.

Esses são os assuntos que queria salientar, Senhor Presidente.

**PRESIDENTE.** Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Esta Presidência adere às congratulações e agradecimentos dados pela Secretaria, em particular à Representação do México por ter salientado os desejos de sucesso nas novas gestões e missões que terão a Conselheira Mitzi Gurgel Valente da Costa e o Segundo Secretário, Guilherme de Aguiar Patriota.

Também recordamos aos Senhores Representantes que na próxima reunião despediremos o Representante Alternativo, Humberto Jiménez Torres.

Cabe ressaltar dois fatos: primeiro, que talvez, não na próxima reunião, mas na seguinte, será incluída na ordem do dia do Comitê a Proposta 197, sobre a Oitava Reunião dos Diretores Nacionais de Alfândega. Portanto, seria útil fazer as gestões perante nossos países para ver se existe aceitação para este projeto de agenda e datas previstas nesta proposta.

Por outro lado, quanto à designação do novo Tribunal Administrativo, pediria o favor às Representações do Paraguai, México e Venezue-



la de designar seus candidatos para a próxima eleição. Como isto deve ser realizado em 25 de junho, que é a última data de vigência do atual Tribunal, pensamos na alternativa de que estes três países possam enviar os nomes de seus candidatos antes dessa data. Caso contrário, deverão ser eleitos com base nos candidatos apresentados até este momento.

Creio que não há outros temas nos assuntos em pauta.

Os Senhores Representantes têm alguma outra preocupação? Então, passamos para o seguinte ponto.

3. Consideração da ata correspondente à 642a.

PRESIDENTE. Não havendo observações, APROVA-SE e passamos para o seguinte ponto.

4. Transferência de créditos orçamentários. (ALADI/CR/PA 76).

PRESIDENTE. A Comissão de Orçamento analisou esta proposta de acordo apresentada pela Secretaria-Geral para autorizar a transferência de créditos orçamentários. Nesta Comissão foi aprovada essa transferência; portanto, pediria aos Senhores Representantes, não havendo observações, que se pronunciem pela afirmativa, com o sinal de costume, sobre este projeto de acordo, constante no documento de referência.

Vota-se: Unanimidade. Afirmativa

Portanto, o Comitê de Representantes APROVA o ACORDO 209, cujo texto faz parte da presente ata.

"ACORDO 209

O COMITE de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA O Tratado de Montevideu 1980, Artigo 38, letra m), e sua Resolução 223, Artigo dezessete do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO A necessidade de afetar orçamentariamente as despesas ocasionadas pelas reuniões dos membros do Tribunal Administrativo para considerar e dar sentença definitiva às reclamações de ex-funcionários da Secretaria-Geral,

ACORDA:

PRIMEIRO.- Autorizar à Secretaria-Geral a transferência do Item 1 - Retribuições e Despesas de Pessoal, Subitem 1.1 - Salários básicos.





- 7 -

crescentes despesas da Associação; a modernização da Secretaria através de uma crescente informatização de suas atividades; finalmente, mencionaria também a crescente renovação e qualificação do pessoal da Secretaria. Tudo isso são prioridades que estão, creio, adequadamente contempladas no projeto de orçamento.

Por tudo isso, Senhor Presidente, e repetindo o agradecimento de minha Delegação pelo trabalho da Comissão, de seu Presidente, faria um apelo para que aprovássemos isto hoje. Se o fizéssemos, estaríamos cumprindo com o calendário, que nós mesmos nos impusemos, de aprovar esse orçamento em junho de 97 para dar à Secretaria uma perspectiva de continuidade e de planificação adequada em suas atividades para 98. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tomamos devida nota da posição de seu Governo no sentido de apoiar o projeto de orçamento apresentado pela Comissão através da Presidência do Embaixador Augusto Bermúdez.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Gustavo Adolfo Moreno). Obrigado, Senhor Presidente: Igual do que a Representação do Brasil, queremos em primeiro lugar agradecer ao Embaixador Augusto Bermúdez, Presidente da Comissão de Orçamento, seu trabalho. Sabemos da importância que tem esta Comissão e sabemos que se está apresentando em tempo e forma, como mencionou a Presidência.

Da mesma forma que a Delegação do Brasil, estamos em condições de aprovar hoje este orçamento e pediríamos também aos demais países se fosse possível fazê-lo hoje mesmo, para dar continuidade, facilidade, estímulo e estabilidade ao pessoal da Secretaria em questões de orçamento que tanta insegurança dão e que tem muita importância como para poder ser considerado daqui a um tempo e forma como está sendo hoje. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (José Guillermo Loria González). Obrigado, Senhor Presidente. Coincidindo com o manifestado pelas Representações do Brasil e da Argentina, a Bolívia está em condições de aprovar o orçamento hoje, levando em conta que se mantém nos termos previstos. Não quero deixar passar a oportunidade de felicitar o Embaixador Bermúdez pelo eficiente trabalho desempenhado na Comissão e ter alcançado um consenso no tempo em que o fez. Creio que a oportunidade em que estamos aprovando este orçamento permitirá aos países incorporar em seus orçamentos nacionais, com a devida antecipação, as quantias que estão sendo comprometidas por cada um dos países.



- 8 -

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Obrigado, Senhor Presidente. Quero aderir às congratulações para meu distinto amigo e colega, o Embaixador do Chile, e Presidente da Comissão de Orçamento pelo trabalho realizado.

Desejaria fazer uma consulta; quando se fala de receitas e despesas, por exemplo aqui estão mencionando-se as receitas: cinco milhões, cento e cinquenta e três mil, mas não se mencionam as despesas, pelo menos no documento que tenho.

Meu distinto colega da Missão Diplomática uruguaia me diz que me falta uma página.

Obrigado, Senhor Presidente. Bem, agora compreendo. Havia uma defasagem de mais de um milhão de dólares e recém agora tenho completo o documento.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Também quero entender que com este acréscimo, Senhor Representante, a Representação do Paraguai apóia este orçamento. É assim, Senhor Representante?

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Sim, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Muito bem, imagino que no caso do Senhor Representante do Chile, Presidente da Comissão e que dirigiu esta Comissão, seu Governo também apoiaria este orçamento.

Dirijo-me ao Senhor Presidente da Comissão de Orçamento ou o vemos na próxima reunião.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Não, não.

PRESIDENTE. Está de acordo.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Evidentemente. A idéia da Comissão foi aprová-lo nessa instância com tempo suficiente como para poder analisá-lo nas Representações e tratar nesta ocasião de lograr sua aprovação. Obviamente, estamos de acordo.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.



- 9 -

Representação da COLOMBIA (Enrique Pinzón Alvarez). A Representação da Colômbia adere às felicitações à Comissão, presidida pelo Embaixador Bermúdez. Meu Governo está disposto a aprovar este orçamento. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Creio que há bastantes opiniões favoráveis, seguindo o mesmo espírito da Comissão de Orçamento. Não sei se os Senhores Representantes consideram oportuno submeter à votação nesta oportunidade a aprovação do orçamento.

Vejo que não há observações, submete-se à votação a aprovação do orçamento.

Os Senhores Representantes que estejam pela afirmativa, sirvam-se indicá-lo na forma de costume.

Vota-se: Dez votos. Afirmativa.

Pela negativa? Zero voto.

Abstenções? Uma.

Portanto, o Comitê de Representantes APROVA a Resolução 228, cujo texto faz parte da presente ata.

#### "RESOLUCAO 228

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os artigos 35, letra e), e 38, letra m), do Tratado de Montevideu 1980.

LEVANDO EM CONTA O Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento sobre o Orçamento de Receitas e Despesas para o Exercício 1998,

#### RESOLVE:

Aprovar o Orçamento de Receitas e Despesas da Associação para o Exercício 1998 por um montante total de US\$ 5.153.000, bem como as Normas de Execução e Controle Orçamentário, em anexo, que fazem parte da presente Resolução."

Representação do EQUADOR (Moisés Artega Lozano). Senhor Presidente, desejaria manifestar que o voto de abstenção por parte de nossa Representação foi devido à falta de instruções.



PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Realmente, esta aprovação merece uma aclamação e um voto de aplauso aos que geraram este consenso, em particular à Presidência do Senhor Representante do Chile.

- Aplausos.

Passamos para o seguinte ponto.

3. Informe sobre o funcionamento de diversos pontos do Acordo de alcance parcial para a Liberação e Expansão do Comércio Intra-regional de Sementes (ALADI/SEC/di 942).

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Senhor Presidente, como foi nossa Delegação a que solicitou que o tema fosse mantido na agenda do Comitê, queria fazer uns breves comentários.

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, queria agradecer à Secretaria a elaboração deste informe porque é feito um análise interessante do estado em que se encontram os trabalhos do Comitê de Sementes como órgão administrador deste Acordo de alcance parcial sobre o comércio de sementes. Mas creio que o mais interessante do documento são os aspectos vinculados com a relação entre o Comitê de Sementes e este Comitê de Representantes.

Tomamos conhecimento, através do documento da Secretaria, de que o órgão do Acordo não apresentou mais do que um único informe de suas atividades no ano 94 e que desde então não cumpriu mais com isto, que está estabelecido no próprio regulamento do Comitê de Sementes, que deve enviar-nos um informe anual que nos permita avaliar os resultados de seu trabalho.

O que ressalta disso, Senhor Presidente, é que parece que há uma falta de comunicação institucional entre o Comitê de Sementes e este Comitê de Representantes, o qual provavelmente não permitiu ao Comitê de Sementes eleger prioridades de seu trabalho com o benefício da orientação dos órgãos políticos da Associação, sobretudo deste Comitê de Representantes.

Mas, talvez o mais importante que ressalta do informe é que é necessário definir um papel para a Secretaria-Geral da Associação nas atividades do Comitê de Sementes, segundo o próprio regulamento do Comitê de Sementes. Então, Senhor Presidente, sobre esse aspecto de procedimento, processual, creio que interessam nossas deliberações aqui, no Comitê de Representantes. Não, nesta etapa sobre o trabalho do Comitê de Sementes, devido a que, em princípio seu trabalho deve estar nos termos de referência do próprio Comitê de Sementes.

Então, Senhor Presidente, que podemos fazer? Podemos chamar a atenção de nossos governos para este informe da Secretaria, com essa ênfase de estudar os problemas que há, a relação entre o Comitê de Sementes e o Comitê de Representantes como Órgão Político Executivo principal da Associação, ou podemos aprofundar mais um pouco o estudo dos temas que propõe a Secretaria-Geral em seu informe, di 942. Nesse caso, Senhor Presidente, para não prolongar demasiado este tema, neste



nível, que a final de contas é um tema técnico, talvez poderia se um pequeno grupo de trabalho, aberto, do Comitê para que nos traga alguma conclusão, principalmente sobre o aspecto processual das relações internacionais entre o Comitê de Sementes e este Comitê de Representantes. Não somente sobre a substância técnica das atividades do Comitê de Sementes. Pelo menos não nessa etapa.

Essas seriam as observações que teria neste momento. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

A Presidência quer recolher as preocupações da Delegação do Brasil e no entendimento de que, como também surgiu de outros debates, há uma falta de definição entre estes contatos do Comitê de Sementes com este Comitê de Representantes e o papel da própria Secretaria, e creio que são aspectos processuais que temos que esclarecer. Creio que o melhor é que um grupo de trabalho analise estes aspectos.

Queria sugerir, que a Presidência deste grupo de trabalho ficasse na Representação do Uruguai, se não houver inconveniente.

Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Neste momento estamos sem instruções. Se as tivéssemos com muito prazer coordenaríamos o grupo.

PRESIDENTE. Creio que muitas Representações estão sem instruções, mas digo para criar o grupo de trabalho.

Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Bem, mas se coordeno o grupo de trabalho participarei sem instruções; não. Ou seja, considero pertinente o manifestado pelo Senhor Representante do Brasil, como primeira etapa: enviá-lo para o Comitê de Sementes para conhecer seu parecer sobre este informe e depois criar um grupo de trabalho.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Obrigado, Senhor Presidente. Coincidimos totalmente com a proposta da Delegação do Brasil. Parece-nos que de uma forma não muito correta do ponto de vista do procedimento, elas levam a algo de inércia do Comitê de Sementes, no sentido de que a última vez não pôde reunir-se. Também estamos em uma situação de certo desordem na parte conceitual; o comércio de sementes está registrando problemas na região e se não é o no Comitê de Sementes onde se solucionem pequenas dificuldades, não sei onde. Portanto, como primeiro passo nos parece aconselhável a criação de um grupo de trabalho para que se dedique a analisar o tema e depois ver qual procedimento é o mais acertado para levar por bom caminho as conclusões daquele grupo. Uma opção pode ser levá-lo ao próprio Comitê de Sementes; outro pode ser pedir instruções especiais e ver o que pode fazer o Comitê de Representantes. Mas ainda não sabemos. Não sabemos qual será o caminho que escolherá o grupo de trabalho. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, a preocupação fundamental da Secretaria quando começou a analisar este assunto foi justamente o

papel que cumpre neste Comitê de Semente, que é muito confuso em sua própria definição regulamentar. Realmente, necessitamos que o Comitê de Sementes e, portanto, os países que o integram, definam melhor o papel da Secretaria.

Informei que já está convocada a Oitava Reunião do Comitê de Sementes de 18 a 22 de agosto em Foz de Iguaçu, de modo que se há algum trabalho, seria interessante que fosse feito antes para levar alguma mensagem.

A única preocupação, Senhor Presidente, que temos, além de mostrar aos países os problemas, é o papel da Secretaria porque não somos nem administrativos nem técnicos no Comitê de Sementes e queremos defini-lo para desempenhar melhor nossa função. Realmente, o Comitê tem toda a autonomia para definir seu regulamento e sua forma de trabalhar. Mas, a Secretaria necessita um pouco de transparência quanto a seu verdadeiro papel para poder cumpri-lo bem. Isso é o que queria acrescentar, Senhor Presidente.

**PRESIDENTE.** Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Creio que com as intervenções do Brasil, Chile, Uruguai e da Secretaria o panorama está sendo esclarecido, no sentido de ver se este grupo de trabalho pode dar algumas diretrizes à reunião, que se realizará em agosto, do próprio Comitê de Sementes. Portanto, enquanto o Uruguai está à procura de uma instrução sobre o tema, consideramos conveniente criar um grupo de trabalho coordenado pela Secretaria e começar o trabalho. Se no ínterim o Uruguai recebe instruções sobre que não tem inconveniente em presidir este grupo, seria a Representação do Uruguai quem presidiria esse grupo de trabalho. Não sei se estão de acordo com esta alternativa.

Vejo que há ambiente favorável; portanto, na próxima agenda ou calendário de reuniões constará a convocação deste grupo de trabalho. Muito obrigado; passamos para o seguinte ponto.

Apresentação do estudo sobre "A situação do processo de integração em 1996" (ALADI/SEC/Estudo 101).

**PRESIDENTE.** Ofereço a palavra ao Senhor Secretário-Geral para que nos informe sobre este estudo.

**SECRETARIO-GERAL.** Senhor Presidente, pedirei ao Senhor Secretário-Geral Adjunto, Juan Francisco Rojas, que apresente este Estudo que, naturalmente, envolveu todos os Departamentos e Unidades, mas foi fundamentalmente desenvolvido pela Divisão de Estudos e Estatísticas.

**SECRETARIO-GERAL ADJUNTO** (Juan Francisco Rojas). Muito obrigado. Efetivamente, em 7 de maio distribuimos o Estudo 101, documento que constitui o primeiro esforço da Secretaria a respeito da análise do estado em que se encontra a integração para um ano em particular. Neste caso, o documento que têm os senhores à disposição abrange o período janeiro de 1996 até março do presente ano e está dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro deles, para localizar no contexto, tanto internacional como regional, no qual foi desenvolvida a integração da região durante esses quinze meses.



Nesse sentido devemos salientar que no âmbito internacional a integração econômica foi desenvolvida no mundo globalizado, tanto no âmbito tecnológico produtivo quanto financeiro e que, além disso, deveu enfrentar a implementação dos diferentes acordos que surgiram da Rodada Uruguai, que hoje fazem parte da Organização Mundial do Comércio.

O ano passado foi um ano positivo, em termos da "performance" econômica internacional. O produto mundial cresceu 3,8 por cento; manteve-se a inflação controlada nos grandes países industrializados e, em geral, em toda a região, salvo a exceção que conhecemos da Venezuela e se espera que esta "performance" continue melhorando o presente ano.

Igualmente, o comércio mundial cresceu, não na taxa do ano passado, senão de 6,7 por cento em 96 e se calcula que no presente ano esse crescimento será ainda maior.

Não obstante, vale a pena salientar que esse crescimento foi devido, basicamente, à participação dos países industrializados. Ou seja, houve um comércio muito maior entre eles do que com a América Latina nesse comércio mundial.

No âmbito regional, do ponto de vista econômico, notou-se, obviamente, um crescimento da produção, o produto bruto interno da região cresceu 3,4 por cento; na "performance" fiscal de cada um dos países houve uma melhoria substancial, produto dos programas de ajustamento; foi recuperada a captação de investimento estrangeiro, que tinha caído em 1995, e apesar de que o comércio intra-regional cresceu em uma taxa menor do que em 94-95, estima-se, em princípio, que o comércio entre 1995-1996 cresceu 12 %

Este crescimento do comércio tem uma explicação, obviamente, em dois elementos. Fundamentalmente o primeiro deles, que é a manutenção e aprofundamento das políticas de abertura que vêm levando-se a cabo nos países-membros e, não somente de abertura, senão de desregulamentação de seu processo econômico. Por outro lado, o aprofundamento de vários dos acordos subscritos no âmbito da Associação, bem como a colocação em vigor de outros acordos que foram subscritos no ano passado e que entraram em vigor imediatamente.

No capítulo segundo fazemos uma primeira referência ao entrelaçamento de acordos que se está formando na Associação. Esse entrelaçamento de acordos nos mostra que hoje em dia temos estabelecidas trinta e uma relações bilaterais que visam o livre comércio ou que já o atingiram das cinquenta e cinco possíveis que temos na região, o qual significaria que para 2007, em cifras de 1995, a região teria liberado pouco mais de 77 por cento de seu comércio e que, para esse então, ao redor de 95 por cento do universo tarifária teria alcançado uma tarifa zero.

Este entrelaçamento de acordos nos mostra quatro situações sobre os acordos que temos no âmbito da ALADI. Por um lado, temos os acordos que já concluíram seu programa de liberação: cabe salientar os acordos do Chile e Colômbia e do Chile-Venezuela, bem como Chile-México, que a partir de 1º de janeiro de 1996 atingiu o máximo previsto em sua liberação comercial, ou seja que a tarifa aplicável ao comércio entre esses dois países é zero para a maior parte do universo de tarifas.

Uma segunda situação se apresenta quanto aos avanços que têm vários acordos que perseguem também o livre comércio. Cabe salientar, entre eles, o acordo do Equador e do Chile, cujo programa de liberação deve concluir em fim deste ano. Neste momento as tarifas residuais que se aplicam entre ambos os países é de 3 por cento em seu comércio recíproco. No Grupo dos Três também os avanços continuaram e se espera que o cumprimento do cronograma automático estabelecido atinja sua culminação em seu momento.

O outro acordo que tem um avanço significativo é o estabelecido entre o México e a Bolívia para o aprofundamento das preferências.

Um terceiro cenário se apresenta com os acordos cujas negociações concluíram durante o período de trabalho que hoje estamos apresentando. Cabe salientar entre eles os acordos de complementação econômica subscritos pelo MERCOSUL e pelo Chile e pelo MERCOSUL e pela Bolívia.

Finalmente, o quarto cenário está constituído pelas negociações que estão atualmente em marcha entre os países do MERCOSUL e do México e os países do MERCOSUL com a Colômbia, Equador, Venezuela, por um lado e por outro com o Peru.

Outrossim, ainda fazem parte do acervo de acordos, digamos, de velha data, acordos que basicamente correspondem a negociações de tipo seletivo e que atualmente continuam tendo vigência no âmbito da Associação.

Um segundo aspecto que vale a pena mencionar neste tema refere-se ao Convênio de Pagamentos. Hoje colocamos a disposição de Vossas Excelências um documento -constante na pasta de cada um dos senhores- sobre uma avaliação do Convênio de Pagamentos durante 1996. Cabe salientar como fato significativo neste campo a diminuição no uso do Convênio para o financiamento do comércio intra-regional. Isto parece explicar-se por dois elementos: por um lado, o excesso de liquidez que existe atualmente na região -não somente na região, senão em todo o mundo- e, por outro, a liberalização das políticas monetárias que colocou em andamento cada um de nossos países como parte de sua política de desregulação de seu processo econômico. Adicionalmente, há um elemento que é importante salientar e que radica nas diferentes mudanças que lamentavelmente sofreu o Convênio e que levaram, por um lado, os órgãos do sistema financeiro a incorporar o SICOF, que é o Sistema de Registro de Compromissos Assumidos a Futuro. E, por outro lado, à criação de um grupo de trabalho para a visão integral do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, informação que também colocamos à disposição de todas as Representações há aproximadamente dez dias.

Voltando ao tema dos acordos comerciais, no documento são resumidos os avanços que basicamente tiveram os acordos sub-regionais nas diferentes matérias que tratam esses acordos. No âmbito regional cabe salientar a atualização da Nomenclatura da Associação ao incorporar a Emenda II do Sistema Harmonizado, a adoção da Resolução 226 por parte do Comitê de Representantes sobre Valoração Aduaneira, a conclusão dos trabalhos referentes ao projeto de acordo sobre trânsito aduaneiro, à consideração dos países para sua posterior subscrição. Na mesma situação se encontra o acordo referente ao transporte multimodal, aprovado em princípio, no âmbito da Terceira Conferência de Ministros

de Transporte, Obras Públicas da América do Sul, reunião que se realizou em novembro do ano passado nesta mesma sede.

Em matéria ambiental, os trabalhos regionais se limitaram a um acompanhamento das atividades que estão fazendo-se nos diferentes foros internacionais e foram realizados dois seminários em nossa sede com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que versaram sobre o tema da certificação ambiental. Cabe salientar a decisão adotada pelo Grupo Andino em matéria de proteção da diversidade biológica para os países-membros dessa sub-região.

Em matéria de propriedade intelectual foram acompanhadas as diferentes ações levadas a cabo nos foros especializados nesta matéria.

Na matéria de normas técnicas há um acordo para subscrever pelos países-membros.

Em matéria de normas sanitárias e fitossanitárias apresentamos à consideração de Vossas Excelências o Estudo 95 e participamos especialmente no grupo de trabalho criado na ALCA para esta matéria.

Finalmente, no campo de turismo foi reativada a Comissão de Turismo da América do Sul, especialmente para a colocação em andamento de um programa de promoção turística conjunta dessa região, de toda a América do Sul, projeto que já está em marcha, graças ao Senhor Ministro de Turismo do Uruguai, que fez todos os esforços para levar a cabo este trabalho, enquanto no campo de ciência e tecnologia foram celebradas neste ano as duas primeiras reuniões da Comissão Administradora do Acordo subscrito no âmbito da Associação e da qual surgiram diversos projetos de trabalho e propostas de projetos de trabalhos para o qual foram criados alguns grupos para levar a cabo os estudos iniciais sobre a implementação destes projetos.

Em conclusão, é importante assinalar, em primeiro lugar, que qualquer ação de articulação e convergência, tendo em vista a estrutura dos acordos neste momento, deveria necessariamente ir além do que está sendo feito em matéria de liberação do comércio. Não podemos limitar-nos exclusivamente ao campo dos programas de liberação e das normas complementares comerciais em matéria de bens. Os acordos estão indo além disso e, progressivamente, a estrutura desses acordos está assemelhando-se mais cada vez à agenda internacional.

Por outro lado, um fato que surge e que trabalharemos durante os próximos quatro meses, é o tratamento dado a estas matérias em cada um dos acordos. Surgem evidentes diferenças entre as considerações e a forma de implementar estas medidas em cada um dos acordos que nos permitem concluir que estão sendo estabelecidas determinadas famílias de acordos e estamos iniciando os trabalhos, visando identificar as fórmulas que permitam uma homogeneidade desses acordos ou uma compatibilidade entre eles.

Em matéria institucional, é evidente que houve um avanço muito importante, muito mais significativo nos acordos sub-regionais do que no âmbito da ALADI. No Grupo Andino o Conselho Presidencial se reuniu por sétima vez. Foi criada a Comunidade Andina, que há exatamente dez dias já está em vigência. Foi estruturado o Sistema Andino de Integra-





ção e foi incrementada a presença de elementos políticos nos diferentes órgãos desse processo de integração.

O MERCOSUL também progrediu em forma significativa na colocação em vigência de outra instância de decisão. Foram reforçadas substancialmente as ações do Conselho do Mercado Comum e também foi dado um importante impulso à participação parlamentar bem como dos empresários, dos trabalhos desse Acordo.

Um terceiro capítulo que incluímos em nosso documento se refere à projeção hemisférica. Por um lado, salientam-se neste campo os acordos subscritos pelos países-membros da Associação com os países da América Central e do Caribe. Nesse sentido destacam-se as negociações do México com os países do triângulo norte da América Central para concluir na criação de zonas de livre comércio. Isso seria acrescentado ao Tratado de Livre Comércio, subscrito com a República da Costa Rica.

Em matéria também de projeção hemisférica cabe destacar o acordo subscrito no ano passado pelo Chile com o Canadá, enquanto continuou o acompanhamento, desde a Associação, dos progressos desenvolvidos para a formação da Area de Livre Comércio das Américas, ALCA.

Igualmente, cabe salientar neste campo a necessidade que teremos, em seu momento, de reorientar algumas atividades em nosso programa no sentido de que ainda não existem luzes certas sobre a forma como será levada a cabo a negociação para a formação dessa área de livre comércio em nível hemisférico.

O capítulo quarto, o mais breve de todos, refere-se às outras negociações. Nesse capítulo é feita uma breve síntese do acontecido na Reunião Ministerial de Singapura e se destacam basicamente três elementos: primeiro, a culminação das negociações para a liberalização dos bens de informática e de alta tecnologia nesse setor; segundo, as recentes negociações de telecomunicações que estão descritas em um documento que também colocamos a consideração hoje sobre comércio de serviços pós-Rodada Uruguai e, finalmente, as ações que está desenvolvendo o Comitê de Acordos Regionais. Nesse sentido cabe salientar que tentamos levar a cabo um acompanhamento permanente das ações desse Comitê, em particular, por duas razões: no transcurso desta semana distribuiremos a Vossas Excelências o informe que apresentaria a Associação à OMC notificando os diferentes acordos subscritos nesta Sede no último ano e, por outro lado, a notificação feita pelo MERCOSUL a respeito do artigo XXIV do Acordo Geral de Comércio e Tarifas.

Finalmente, o último capítulo se refere às perspectivas que estamos vislumbrando para o processo de integração para este ano ou o que vai do presente ano e para seu futuro imediato.

Em primeiro lugar, é evidente que em 1996 se concretiza um novo sistema de relações no hemisfério. Constituem-se claramente três sub-regiões e é em 1996 quando essas três sub-regiões, de uma ou outra forma através da ação particularmente negociadora do Chile, quando começam a estabelecer-se os convênios-ponte entre elas. Definimos essas sub-regiões ou determinamos como zona da América do Norte baseada no Tratado de Livre Comércio dessa sub-região; uma zona central, integrada pelo Grupo dos Três, os países da América Central e

do Caribe, na qual o Chile tem uma ativa participação por seus vínculos de zona de livre comércio com o México, com a Venezuela e com a Colômbia e proximamente, para fim do ano, com o Equador. O Chile também tem uma importante vinculação com o TLC, através do acordo, ou com a sub-região do TLC, por chamá-lo dessa maneira, com o Canadá. Finalmente, a zona do cone sul, na qual, além do MERCOSUL, existem já os acordos de associação subscritos juntamente pela Bolívia e pelo Chile.

Mil novecentos e noventa e sete é um ano chave como ponto de inflexão neste processo de integração. Assim o vislumbramos. No cenário onde esperamos que continue o crescimento, por um lado, o acrescentamento também da captação de investimento estrangeiro direto e, portanto, com base na manutenção das políticas de abertura e liberalização que vêm levando a cabo os países, também consideramos que se produzirá um importante crescimento do comércio durante este ano. Diante dessa situação regional, se se quer, há um grande desafio que está impondo à Associação a criação da Area de Livre Comércio das Américas.

Surgiriam diferentes aspectos, em diferentes âmbitos, que se tornam um desafio para toda a região constituída pelos onze países da ALADI. Consideramos que a raiz -isto já sai um pouco do documento que estamos apresentado- da recente Declaração Ministerial de Belo Horizonte, onde é exposta a necessidade de que os acordos bilaterais e sub-regionais que subsistirão devam ir além do que se estabeleça na ALCA -como sugeria Gonzalo Rodriguez, com quem elaboramos este documento, utilizar e acunhar uma nova frase, como seria nossa ALCA-PLUS, como poderíamos ir além da ALCA no âmbito da Associação- pensamos até onde, até que ponto ou não é necessário, é viável a criação de um projeto verdadeiramente superior ao que se está propondo para a ALCA. Se consideramos necessário, é definitivamente importante a adoção de definições estratégicas que compreendam mais de uma definição de caráter político antes do que de caráter técnico.

Do ponto de vista multilateral, também surgiram algumas dúvidas. Estamos vendo permanentemente nas notícias da imprensa como nossos países estão enfrentando problemas para a implementação dos acordos surgidos da Rodada Uruguai e como também os países industrializados estão tendo inconvenientes para implementar esses acordos do que hoje denominamos a OMC. Então, não seria necessário pensar -nisto temos insistido em diferentes foros- na necessidade de que antes do que a OMC ou as normas da OMC se constituam um chão, que sejam melhor um teto de negociação? São desafios que teremos que ir respondendo permanentemente em todo este trabalho interativo entre os órgãos políticos e o Órgão Técnico da Associação.

Também pensamos que há outros fatos da integração. O Secretário-Geral tem sido, nesse sentido, muito insistente e esclarecedor no sentido de apresentar esses outros fatos que se realizam no âmbito da integração real de nossos países. Perguntamos se não seria conveniente também que de uma forma ou outra esses projetos sejam formalizados no âmbito de um processo de integração como o que tentamos projetar através do Tratado de Montevidéu 1980.

Fica, logicamente, um tema também de muita importância neste momento, que é o tratamento das assimetrias. Vemos como, de uma forma ou de outra, esse tipo de tratamento vem diluindo-se, mas também vemos



como esse tratamento às assimetrias se torna cada vez mais necessário na medida em que começamos a envolver-nos com países de maior desenvolvimento.

Finalmente, Senhor Presidente, para concluir esta longa intervenção, desejaríamos deixar uma última reflexão. Essa reflexão surge pelo fato de que cada vez que vemos e que analisamos em seu conjunto este processo de integração que esta acontecendo na América Latina, observamos como cada vez nos preocupamos mais por realizar ações que procurem a integração dos mercados. Estamos permanentemente preocupados de que os programas de liberação se cumpram, de que efetivamente as restrições não-tarifárias sejam atenuadas ou diminuídas, de que de uma maneira ou de outra logremos a maior transparência no comércio entre nossos países através da aplicação das diferentes normas que se contemplam nos acordos, independentemente do nível de divergência que elas possam ter entre si. Mas, preocupa-nos, Senhor Presidente, um elemento que temos deixado de lado em nossa região, que é aquele que tem relação com a integração das ofertas. É pouco o que estamos fazendo em matéria de complementação produtiva e desenvolvimento tecnológico. Incluímos um parágrafo muito importante no documento que apresentamos e é a limitada ação que podemos ter no campo da ciência e da tecnologia. Consideramos que definitivamente neste mundo que enfrentamos, a necessidade de procurar soluções conjuntas para problemas comuns em toda a região, constitui para nós um ponto chave para começar a refletir e no futuro tal vez não seria descartável pensar que também o papel da ALADI deva avançar para o campo da complementação produtiva e tecnológica.

Isso, Senhor Presidente, em termos gerais, é o que incluímos neste Estudo. Agradeceremos sinceramente a todas as Representações as contribuições que possam fazer a este trabalho. É o primeiro esforço que fez a Secretaria, desde que existe em 1980, nesta matéria e desejaríamos, oxalá! poder ter um diálogo franco e aberto com todos os países de maneira que este documento se transforme em um trabalho importante para analisá-lo no âmbito de todos os órgãos da Associação. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Agradeceremos ao Senhor Secretário-Geral Adjunto e à Secretaria o trabalho apresentado. Este Estudo 101 é realmente uma análise do acontecido em 1996, com uma perspectiva para 1997 e, além, quando se faz referência a uma ALCA-plus.

Senhores Representantes, peço sua vênica, porque o Senhor Representante da Bolívia deve ir embora e deseja explicar o acontecido em seu Grupo de Trabalho sobre o Tribunal Administrativo. Se se pode fazer um parêntese, exporá sobre este tema e depois continuaremos o debate.

Não havendo inconvenientes, tem a palavra a Representação da Bolívia.

#### Outros assuntos.

- Representação da Bolívia. Tribunal Administrativo.

Representação da BOLÍVIA (Antonio Céspedes). Obrigado, Senhor Presidente e Senhores Representantes, por sua compreensão.



Serei breve. Vossas Excelências sabem que com o tema do Tribunal Administrativo foi criado anteriormente um Grupo de Trabalho ao qual se encomendou o estudo e consideração de aspectos que têm a ver com seu funcionamento, aspectos institucionais diretamente relacionados com sua integração e a nova integração que deve realizar-se do Tribunal, a partir de primeiro do próximo mês de julho. Para isso, o Grupo de Trabalho contou com a proposta dos membros do Tribunal, que cessa em suas funções, que, além disso, justifica fazer constar nesta oportunidade, que a Mesa e a Secretaria tivemos oportunidade de conversar com os senhores membros do anterior Tribunal que conhecemos e apreciamos sua alta qualidade e verdadeira idoneidade. Não posso deixar de mencionar o fato de que a ALADI deve estar orgulhosa por ter contado com um tribunal composto por profissionais tão qualificados, não somente em seus próprios países, senão em um entorno de reconhecimento muito mais amplo.

Com sua experiência e seu manejo do tema, sugeriram uma série de modificações, de emendas e complementações ao estatuto vigente do Tribunal Administrativo.

Em um momento pensávamos que estas sugestões podiam ser assimiladas com caráter prévio à designação dos novos membros, que entrarão em funções em 1º de julho próximo. Na realidade, não as substantivas, várias das propostas sugeridas pelos membros do Tribunal têm a ver diretamente com este processo de eleição e a própria composição do Tribunal. Portanto, parecia lógico que fossem acolhidas previamente.

Por isso, em uma reunião anterior do Comitê de Representantes solicitamos que este Grupo de Trabalho se reunisse previamente à reunião que teriam aqui e isso fizeram os Senhores do Tribunal para o Comitê tivesse a oportunidade de considerar o tema em presença deles e dar lugar a um diálogo a posteriori do conhecimento e estudo das sugestões apresentadas.

Não obstante, essa posição não foi acolhida e o único que logramos foi que a Mesa conversasse com eles, o qual foi realmente esclarecedor, porque os membros do Tribunal expuseram os motivos das mudanças que sugeriam.

Frente a isso, ontem o Grupo de Trabalho trabalhou exaustivamente até esgotar o conhecimento e consideração de todos os temas propostos para emendar o estatuto vigente. A intenção era que fossem aprovados e que o Comitê aprovasse as emendas e com esses estatutos eleger os novos integrantes. Não obstante, dada a complexidade do tema, percebemos que o tema não ia ficar esgotado até fim do mês em que inexoravelmente deve ser eleito o Tribunal. Por conseguinte, trago a mensagem para o Comitê de Representantes de como se procederá, ou como se sugere que se proceda, ou seja recompor o Tribunal com o estatuto vigente. Ou seja, a renovação dos três membros do Tribunal nas mesmas condições, a partir de primeiro de julho. O Grupo de Trabalho continuará com a análise exaustiva das sugestões para depois trazer ao Comitê um projeto de reforma do Tribunal Administrativo, que entrará em vigor em fim deste mês.

Chegamos a esta conclusão porque, embora as propostas sejam claras, coerentes, aceitas, sempre há tema para discutir e, sobretudo, porque já alguma Representação inclusive adiantou que necessitaria a



vênia de sua capital e isso, então, sendo realistas, complicava a possibilidade de sua aplicação imediata.

Essa é a situação, Senhor Presidente. Portanto, pedimos aos Senhores Representantes que ainda não enviaram à Secretaria os nomes de cidadãos de seus países para integrar a lista que será sorteada para a designação dos três membros do Tribunal, que o façam, o mais breve possível, porque de todas maneiras não pode passar da próxima semana.

A Secretaria preparará todos os elementos para que se proceda na próxima reunião da mesma maneira que em oportunidade anterior. É tudo, Senhor Presidente. Se desejam algum esclarecimento, com muito prazer o responderei porque depois pedirei licença para retirar-me.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante, e obrigado aos demais Senhores Representantes por permitir este intervalo. Creio que foi muito explícita a exposição do Senhor Representante e Coordenador do Grupo que está analisando o tema do Tribunal Administrativo.

Não havendo mais perguntas para fazer ao Senhor Representante da Bolívia, continuaríamos com a apresentação do Estudo 101. Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Moção de ordem, Senhor Presidente. Estamos preocupados porque vemos que quase todas as Representações desejam intervir a respeito do documento e à intervenção de Juan Francisco. Além disso, depois temos reunião de Chefes de Representação.

PRESIDENTE. Além disso, também temos depois um compromisso.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Todos temos um compromisso ao meio dia e meia.

PRESIDENTE. Sim, terminaremos ao meio dia e quinze.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Não sei se será -daí a moção de ordem- possível que um dos temas fique para uma sessão especial, porque se não não vamos tratar nenhuma das duas coisas.

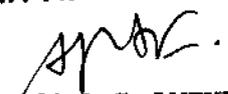
PRESIDENTE. Não há inconveniente. Portanto, creio que seria útil passar este tema do Estudo para a próxima reunião e fazer um intervalo e informar-lhes sobre algo interessante, que a Décima Reunião do Conselho de Ministros, possibilidade de datas, se estão de acordo.

Manteria esta ordem para próxima reunião quando seja feito o debate sobre o documento e o Estudo 101.

Estão de acordo com esse procedimento? Muito bem, assim se procederá.

Não havendo outros temas a tratar, encerra-se a sessão.

-----  
ES COPIA FIEL DEL ORIGINAL

  
ANTONIO J. C. ANTUNES  
Secretario General